

ATA Nº 22

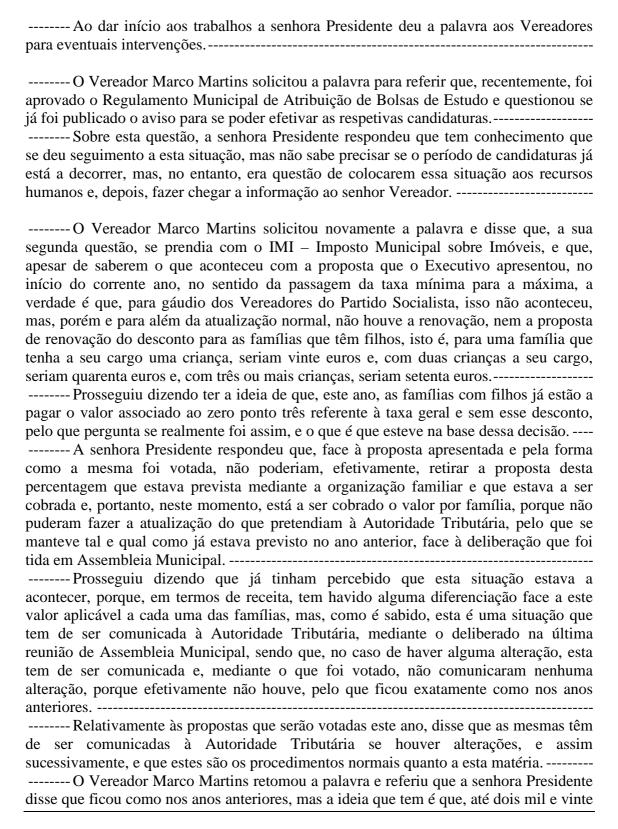
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

PRESIDENCIA: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira
VEREADORES PRESENTES: Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Marco Aurélio Pamplona Meneses, em substituição de Otília Maria de Sousa Martins, Leila Meneses Dinis, em substituição de Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves
FALTAS JUSTIFICADAS: Otília Maria de Sousa Martins, Berto José Branco Messias, Isménia Carvalho Landeiro Alves, Pedro Jorge Mendes Machado e Nuno Miguel Leal Ribeiro.
HORA DE ABERTURA: 14H00M
Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, desta Cidade, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, estando presentes os Vereadores Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Marco Aurélio Pamplona Meneses, em substituição de Otília Maria de Sousa Martins, Leila Meneses Dinis, em substituição de Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira, em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves
A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica.
E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver "quórum" para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima senhora Presidente declarou aberta a reunião
De seguida o Executivo deliberou, por votação secreta, considerar justificadas as faltas de comparência à reunião

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

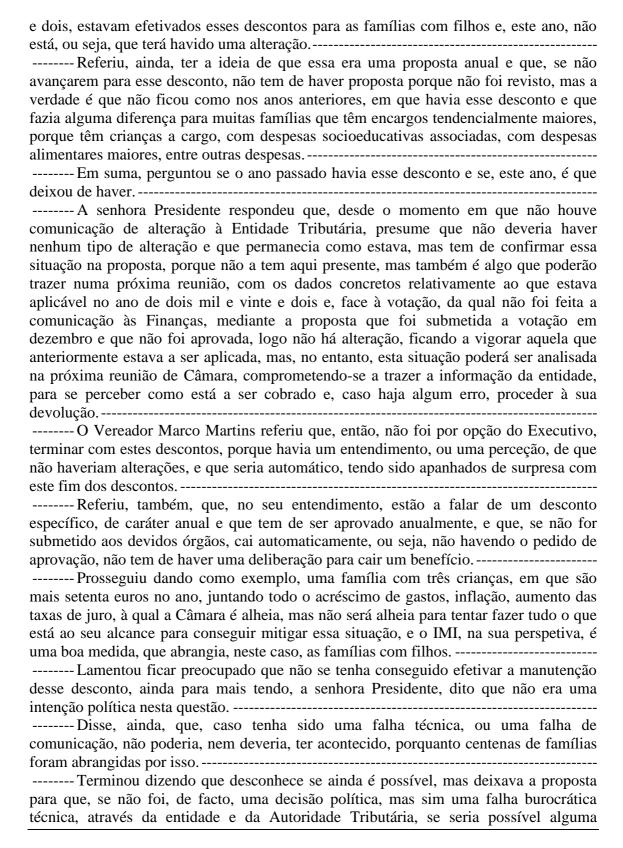
Ata nº 22/2023 Página 1 **de** 26





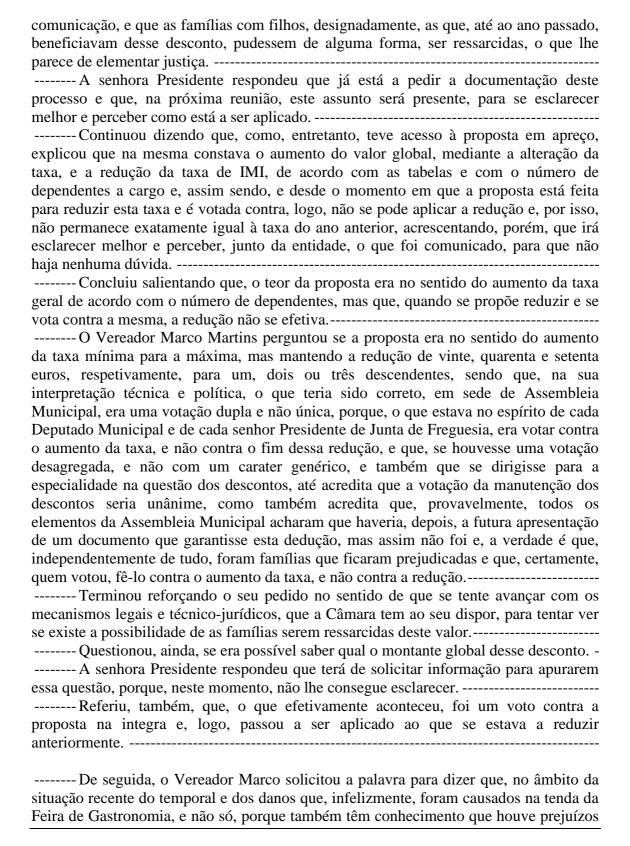
Ata nº 22/2023 **Página** 2 **de** 26





Ata nº 22/2023 Página 3 de 26





Ata nº 22/2023 **Página** 4 **de** 26



a nível de alguns particulares, perguntando se foram tomadas algumas medidas, incluindo medidas preventivas, bem como perguntou qual a razão para se manter a tenda montada durante tanto tempo, parecendo-lhe que, do ponto de vista técnico, a montagem da estrutura metálica seria o mais difícil, perguntando a razão para não terem tirado, pelo menos, o pano, mesmo que tivessem mantido a estrutura metálica. ---------- Questionou, também, se já estão avaliados os montantes dos respetivos estragos.-------Relativamente a esta situação, a senhora Presidente fez o balanço das ocorrências verificadas, porque, neste caso, não se verificou, unicamente, a situação da tenda, tendo-se verificado, também, algumas quedas de árvores no Paúl e nas Funduras, bem como um problema na pala do Estádio Municipal, uma queda de telecomunicações na Vila Nova e duas inundações, uma na Vila Nova, e outra no Bairro Nossa Senhora de Fátima, situações estas às quais foram dadas respostas e, relativamente ao acompanhamento da situação da tenda, deu a palavra ao senhor Vice-Presidente, para fazer o devido esclarecimento. -----------O senhor Vice-Presidente usou, então, da palavra e disse que, quando a Câmara Municipal da Praia da Vitória foi abordada pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, para a organização da feira Expo Praia 2023, foi decidido usar-se a tenda da Feira da Gastronomia, de modo a utilizar os recursos que já estavam montados naquele espaço, não fazendo muito sentido, em termos de rentabilização de recursos, desmontar a tenda para voltar a montar a mesma dali a pouco tempo. ----------- Relativamente à questão do motivo pelo qual as lonas não foram retiradas, disse que, até terem recebido o aviso do Serviço Regional de Proteção Civil, às quinze e quarenta e cinco minutos, no domingo, ainda não tinham saído avisos de ventos, e que já havia material pronto para o funcionamento da feira, no fim-de-semana seguinte, pelo que teria sido um risco para o material que já se encontrava naquele espaço, como, por exemplo, mesas, cadeiras e divisórias, o que teria voado sobre a Praia e poderia causar danos privados. ---------- Continuou dizendo que foi por essa razão, que não foi retirada a cobertura da tenda, tendo-se aberto, naquela noite, a cobertura da tenda pequena, porque perceberam que era uma prioridade garantir que não acontecia o mesmo e que a mesma podia ser aberta em segurança e, assim sendo, os funcionários cortaram a tenda, em segurança, para garantir que o vento passava de um lado para o outro, sem levar ao mesmo desfecho da outra tenda.---------- O Vereador Marco Aurélio Meneses solicitou a palavra para acrescentar que, em termos técnicos, tiveram uma reunião com uma firma, a qual explicou que, tirar os toldos não era garantia de segurança, porque os toldos também fornecem uma certa consistência à tenda, e a toda a estrutura, ou seja, ainda que se tirassem os toldos, a situação poderia acontecer na mesma e, portanto, retirar os toldos, não era solução e que aquilo poderia acontecer, só com a estrutura metálica, acrescentando, aliás, que, a pouca estrutura que, durante a noite, ainda estava de pé, e à qual haviam sido tirados os panos, vou na mesma, não sendo garantia de sustentabilidade da estrutura, porque a estrutura fica mais frágil por não ter o aperto dos toldos na estrutura. ----------O Vereador Marco Martins retomou a palavra e referiu que não colocavam em causa os enquadramentos técnicos que lhes foram reportados, sendo que, no

Ata nº 22/2023 **Página** 5 **de** 26



entendimento dos Vereadores do Partido Socialista, tal como em situações ocorridas no passado, antes da tomada de posse deste Executivo, importava a todos aprender com as situações que não correm tão bem. ---------- Continuou dizendo que, nesta tenda já decorreram as Festas da Praia, bem como outros eventos, a maioria dos quais, felizmente, com bastante sucesso e que, obviamente, isso também se deve a essa estrutura, e à proteção que deu em momentos muito importantes, a nível social e económico, para a Praia da Vitória, mas, no entanto, também importava começarem, todos, a refletir que a Praia precisa de uma estrutura adequada à importância que tem a nível cultural, social e económico e que, se calhar, isso não se compadece, meramente, com tendas, o que acontece há já muitos anos. ---------- Esclareceu, ainda, que não estava a dizer que, com a dotação orçamental própria, a Câmara tem condições para um complexo para feiras, exposições, ou grandes eventos, porque uma coisa é exigir à Câmara uma comparticipação de dez ou quinze por cento, por exemplo, em Fundos Comunitários, mas, pelo menos, o entendimento comum social e político também, é de se tentar trabalhar para que a Praia tenha uma estrutura desse tipo, como já vários concelhos na região têm e que, de facto, lhes parece mais do que justo caminhar para isso. ----------- Terminou deixando o repto e tendo em conta, obviamente, os pareceres técnicos e as reuniões que tiveram, para que, no futuro, sejam ainda mais reforçadas essas diligências, conselhos e orientações técnicas, para que o mesmo não volte a acontecer, mas, no entanto, esta é uma situação que sempre referiu e que tem a certeza que, da parte do Executivo, terá sido a primeira constatação, sendo com gáudio, que, independentemente de tudo, não houve danos humanos. ---------- A senhora Presidente respondeu que, em termos de prejuízos, ainda não têm o apuramento final do valor dos prejuízos, mas não deixa de ser interessante a visão do senhor Vereador relativamente a uma estrutura fixa, que possa dar uma resposta efetiva a muitas atividades que gostariam de desenvolver através do Município, e com parcerias com outras entidades, como seria, efetivamente, esta primeira Expo Praia, organizada em parceria com a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo. ---------- Prosseguiu dizendo que tem a ficha cadastral da tenda, de três mil duzentos e cinquenta metros quadrados, em que o valor da mesma corresponde a trezentos mil euros e, mediante a última avaliação, o seu valor atualizado já só corresponde a cento e noventa e três mil setecentos e cinquenta euros, mas, porém, o que pretendia deixar à apreciação dos senhores Vereadores é que esta tenda foi adquirida à Cooperativa Praia Cultural no valor de trezentos mil euros, sendo que a Cooperativa Praia Cultural já a teria adquirido por trezentos mil euros e se, portanto, se juntasse os trezentos mil euros da Cooperativa, mais os trezentos mil euros do Município, se calhar já se podia ter uma estrutura fixa e com capacidade de resposta como o Vereador Marco Martins disse, e que se tratam de escolhas, porque, o que efetivamente têm, é uma transação que é feita para a utilização, exatamente, das mesmas entidades e que, só nesta situação, fazem o apuramento de um gasto de seiscentos mil euros. -----------Referiu, ainda, que, efetivamente, correm o risco de deixar as estruturas montadas, avaliadas pelos técnicos do Município que costumam fazer estas montagens, com a avaliação da Proteção Civil Municipal, com o devido reforço mediante as

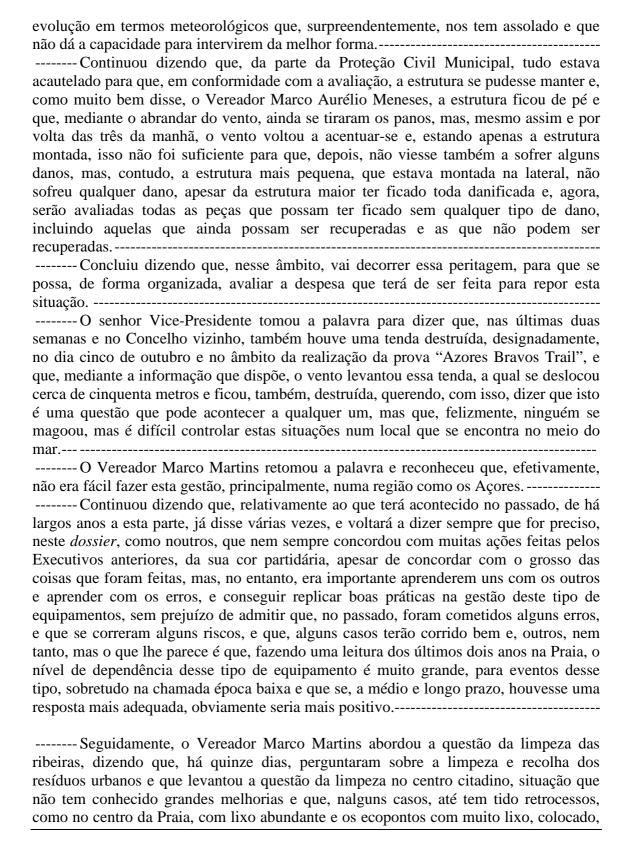
Ata nº 22/2023 **Página** 6 **de** 26



alterações climáticas, porque, mais ou menos quinze dias antes, exatamente na primeira quinzena de outubro e no decorrer das festas das Lajes, estiveram reunidos para avaliarem as estruturas e tomarem decisões em relação à tempestade que estava a passar ao largo da Terceira e, efetivamente, no acompanhamento desta situação, que ocorreu este fim-de-semana, nada estimava que houvesse uma evolução das rajadas de vento, a ponto deste acontecimento se tornar no que se tornou. ------------ Salientou que, a equipa com quem estiveram na tarde de ontem, a qual já teria um agendamento para falar com a Câmara, acabando por ser uma coincidência muito feliz, porque deu a oportunidade, aos técnicos, de poderem passar no local e avaliarem algumas situações, bem como a proposta, por parte desta empresa, para a cedência de horas de formação aos técnicos da Câmara, para manusear estes equipamentos de forma mais diferenciada, referenciou ainda que, à data em que forneceram o equipamento, propuseram essa mesma formação e que isso não aconteceu e, portanto e neste momento, o que ficou, após a conversação que tiveram ontem, foi que a Câmara se iria organizar para que possa vir um perito à Terceira, para avaliar o material que ficou intocável, o que ainda possa ter alguma recuperação e para a Câmara se organizar no sentido de avaliar, e perceber, a despesa para adquirir, ou não, uma estrutura que possa fazer exatamente o mesmo papel, assumindo que o modelo de Feira de Gastronomia já está consolidado e importa manter, sendo que, estas tendas, são solicitadas para diversas atividades e mediante o pedido de várias entidades, às quais é preciso dar resposta.----------- Relativamente à decisão de se deixar as tendas até esta altura, disse que era importante gerar este momento direcionado aos comerciantes e empresários, e que isso teria de ser numa época que fizesse sentido, porque, como bem sabem, esta é uma terra de festividades, e fazia sentido que fosse logo após o término das nossas festividades, e daí o agendamento para este fim-de-semana, até porque haviam adiado por um fim-desemana, face a alguns trâmites e à sua ausência. ----------Referiu, também, que, efetivamente, podia ter sido pior, porque, à data em que tudo aconteceu, já podia estar tudo instalado, e terem posto mais materiais e vidas em risco, sendo que, depois do acontecimento infeliz, têm, de alguma forma, de valorizar o facto de não ter atingido ninguém e de não ter passado de danos materiais, tendo, tudo o resto, ficado acautelado.---------- Disse, ainda, que houve quem já tivesse tomado a decisão de deixar esta tenda montada durante o mês de dezembro e, efetivamente, aconteceu o que aconteceu.---------- Continuou referindo que, os peritos dizem que estas tendas estão preparadas para ventos superiores àqueles que foram sentidos e que, portanto, é importante que se tenha noção que esta foi uma fatalidade, e que se vão propor a fazer a melhor avaliação, mas a pensar que querem continuar a ter esta resposta, montável e desmontável, porque, efetivamente, a mesma fará falta para alguns eventos. ----------- Mais referiu que, nos dois últimos anos, permaneceram com a montagem, exatamente, no mesmo local, não da tenda grande, mas da mais pequena, para dar resposta a uma prova internacional de windsurf, que tem acontecido na Praia da Vitória nos dois últimos anos e que, portanto, são situações que, de um dia para o outro, não se conseguem acautelar e porque, efetivamente, têm vindo a ser surpreendidos com uma

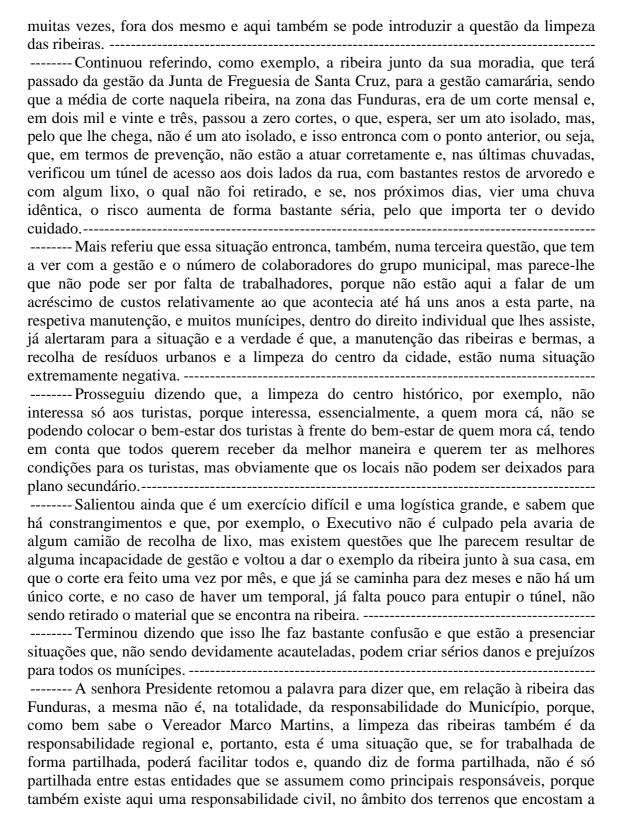
Ata nº 22/2023 **Página** 7 **de** 26





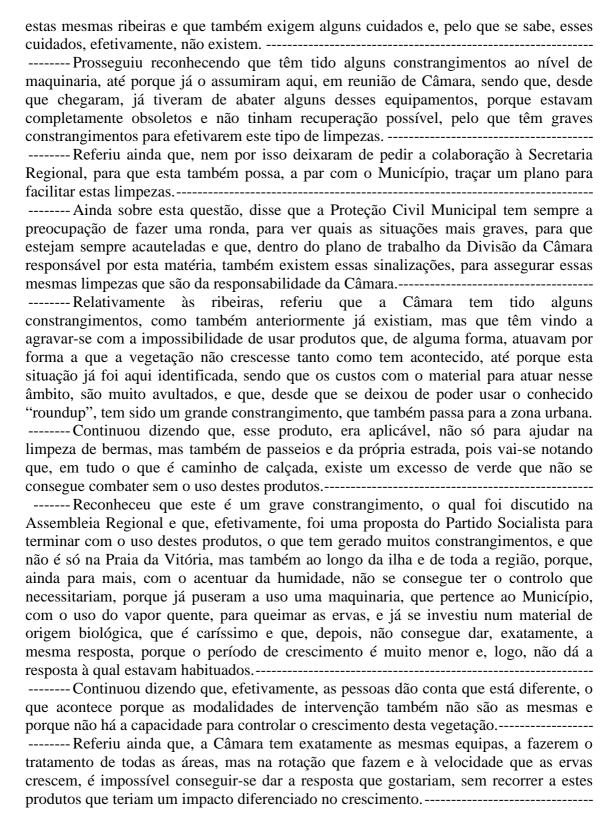
Ata nº 22/2023 Página 8 de 26





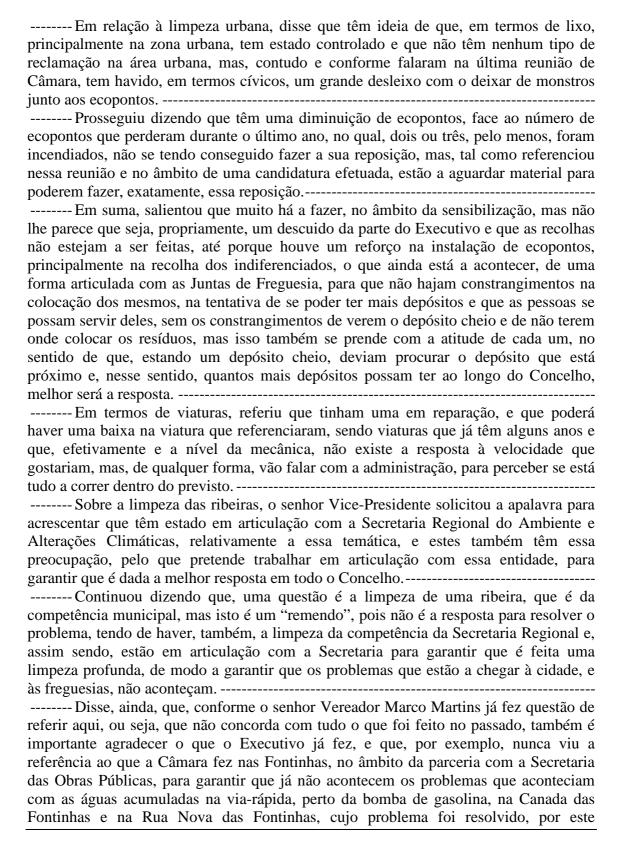
Ata nº 22/2023 Página 9 de 26





Ata nº 22/2023 **Página** 10 **de** 26





Ata nº 22/2023 **Página** 11 **de** 26



Executivo, em parceria com as Obras Públicas e, face a essa situação, deixou o seu agradecimento, e o deste Executivo, às Obras Públicas, por este trabalho, porque foi fundamental para garantir a segurança naquela área, tendo sido uma reivindicação da Junta de Freguesia e dos lavradores daquela zona, porque era muito perigoso circular naquela área e, portanto, há trabalho a ser feito, e bem feito, e que dá resposta aos munícipes, entendendo que também seria de bom tom, reconhecer o trabalho que é feito.----------O Vereador Marco Martins pediu novamente a palavra para referir que, no âmbito das palavras do senhor Vice-Presidente, enquanto Vereador, nunca agradeceu, como também não agradeceu aos Executivos anteriores, por fazerem aquilo que lhes compete, porque também já teve responsabilidades políticas e nunca as fez esperando o agradecimento de ninguém. ----------- Mais salientou que, as oposições não servem apenas para criticar e chamar a atenção para o que corre menos bem, podendo ter, obviamente, um carater propositivo, não havendo razão para não dizer que algum assunto correu bem, mas não deixa de ser, na sua opinião, uma grande ajuda democrática e, aliás, uma obrigatoriedade das oposições, chamar a atenção para este ou aquele aspeto que não corre bem e que importa corrigir. ---------- Continuou dizendo que, a senhora Presidente falou de uma proposta, aliás, do Partido Socialista, para acabar com a utilização do "roundup" e outros tipos de herbicidas, dizendo que discorda parcialmente da medida do PS, porque foi tardia e, aliás e em contraponto com muitos países europeus, tinha sido avaliado que esse tipo de produtos traziam um potencial dano para a saúde pública, bastante elevado, através da possível contaminação das águas e, nalguns casos, infelizmente vários comprovados, de uma contaminação efetiva. ---------- Referiu, ainda, que o seu objetivo, que presume ser o objetivo de todos, é que não haja contaminação, e que se faça o manuseamento adequado, mas, se tiver de optar por uma das duas, prefere chatear aqui, em reunião de Câmara, identificando as ervas que existem, mas que não haja perigo para a saúde pública. ---------- Concluiu dizendo que, com isso, admite que, para as autarquias, juntas de freguesia, e administração local, como um todo, não foi fácil fazer uma adaptação rápida, sem se poder utilizar esse tipo de produtos, que dão uma resposta tão rápida e adequada, porque o vulgarmente designado "roundup", é que queimava e até voltar a surgirem as ervas daninhas, com a força que se vai vendo, o ciclo era muito maior, em termos temporários, do que é atualmente e, obviamente que existem esses constrangimentos, mas, o exemplo que deu, da ribeira das Funduras, não tem que ver com o uso de "roundup", mas sim com o corte com as máquinas vulgarmente designadas de seda. ---------- Acrescentou que, da sua parte, dificilmente haverá alguma crítica a medidas e propostas favoráveis ao ambiente, mesmo que, aqui ou ali, possam, numa fase inicial, obrigar a ajustamentos para os quais, nem sempre, as autarquias, juntas de freguesia e administração local, estão adaptadas, mas, de facto, chega-lhes, praticamente, de todas as freguesias, algumas queixas, importando, aqui, dar voz a essas pessoas, e tentar exigir que a Câmara faca o melhor possível.-----

Ata nº 22/2023 **Página** 12 **de** 26



-----O Vereador Marco Martins, continuando no uso da palavra, disse que iria abordar a questão da gestão dos recursos humanos, sobretudo em dois eixos, designadamente, na questão dos despedimentos e na internalização de recursos humanos, referindo que, nesse mesmo dia, com grande coragem, dedicação e espírito abnegado, os trabalhadores que estão a ser alvo de despedimentos, mais uma vez, fizeram uma ação publica, o que não é fácil e merecem toda a consideração. ---------- Continuou dizendo que acompanhou de perto algumas dessas manifestações e não viu, apesar de ser uma decisão do Executivo, a presença de nenhum elemento do Executivo para "dar a cara", e que, sendo legítima essa posição, não se identifica com a mesma, pois gosta sempre de um político que, mesmo nos momentos mais difíceis, mesmo que para, se calhar, ouvir algumas coisas e admitindo que há uma linha vermelha para tudo na vida, mesmo para quem se sente indignado, terá de respeitar e não pode ofender alguém que ocupa cargos mas que, politicamente, do ponto de vista social e até humano, os trabalhadores já fizeram várias ações na rua, já estiveram numa sessão da Assembleia Municipal e a resposta do Executivo foi o silêncio e foi, do seu ponto de vista, o momento porventura mais desagradável que já presenciou numa Assembleia Municipal, mesmo quando estava na qualidade de deputado municipal, e que tem sido uma grande luta, uma luta injusta e perguntou se, nesse aspeto, há alguma novidade, sendo sabido que haverá uma discussão mais alargada deste assunto a nível regional e se há algum posicionamento do Governo Regional relativamente a esta matéria, ou se se mantém tudo o que estava previsto, ou se ainda se está perante o cenário de uma possível reversão deste dossier.---------- Relativamente a esta questão, a senhora Presidente respondeu que vivem todos em democracia e ainda bem que assim é, e se há coisa que este Executivo já fez, foi "dar a cara" por esta situação e, também já o disse várias vezes e vai voltar a dizer, que é lamentável chegar ao ponto a que se chegou, porque, se é muito importante defender estas pessoas, também é muito importante serem verdadeiros para com elas, e o que aconteceu, com todos estes procedimentos que se foram verificando, e que conduziram até este desfecho, foi de uma total irresponsabilidade para com todas as pessoas que assinaram um contrato com a Cooperativa Praia Cultural.---------- Prosseguiu pedindo ao Vereador Marco Martins que lhe permita, de alguma forma, que lhe refresque a memória e que, conforme já foi dito muitas vezes, e vai voltar a dizer, no mandato anterior, foram contratadas noventa e seis pessoas, e nos últimos dois anos, desde que cá chegaram, que entraram nesta "luta", no sentido de garantir a sustentabilidade de todos estes postos de trabalho. ----------- Continuou dizendo que, o que, efetivamente, fizeram, e não foi em silêncio, nem escondendo nada, quer aos funcionários, quer aos praienses, foi aquilo que encontraram e, sabendo que o Vereador Marco Martins até gosta de fazer contas, acontece que, o que o senhor Vereador, conhecendo as contas do Município, ainda nunca lhe disse, foi como é que se sustentava tudo isto e, portanto, é lamentável que tenham ficado com tudo isto "ao colo", porque ninguém, em momento algum, gostaria de vivenciar aquilo que este Executivo vivenciou. -----

Ata nº 22/2023 Página 13 de 26



------ Continuou referindo que, a acusação de que atuam em silêncio, não é verdade, porquanto têm tido o máximo de respeito por estas pessoas e, por isso, lhes deram "a cara", no momento da apresentação de uma auditoria, para que tivessem conhecimento do que se estava a passar aqui, e que chamaram todos os funcionários para fazer a proposta do mútuo acordo, mediante a análise que estava a ser feita, e assumindo que tinha de haver um processo de redução e, perante esta situação, a Câmara chamou todos os funcionários e deram "a cara" aos mesmos, dizendo que, após o processo de redução, seriam eles que não poderiam ficar e, entretanto, a Direção da Cooperativa Praia Cultural, entregou, individualmente, as cartas a todas estas pessoas, confrontando-as com esta triste realidade e o Vereador Marco Martins vem dizer que o Executivo não tem sido respeitoso para com estas pessoas. ---------- Reconheceu que as pessoas têm toda a legitimidade para se pronunciarem, têm todo o direito de estarem descontentes, mas tinham de recuar um pouco no tempo e perceberem que, tudo isto, começou lá atrás, ou seja, lá atrás, alguém não acautelou tudo isto, para se ter chegado a este desfecho. ----------- Reconheceu ainda que é legitimo que estejam na "luta" pelo posto de trabalho, sendo que, para o Executivo e para poderem dar seguimento a este processo, depois de assumirem e terem o cálculo de que apenas podem fazer transitar para o Município, o universo de noventa e duas pessoas, não podem recuar, porque não têm sustentabilidade, mas se houvesse sustentabilidade, não tinham problema nenhum em fazê-lo, porque não lhes dá prazer absolutamente nenhum, mandar embora quem quer que seja, mas esta é uma situação estrutural, não é uma situação de vontades e não é isso que tem sido "vendido".---------- Acrescentou que, esta é uma situação estrutural, que encontraram quando cá chegaram e que tiveram de trabalhar numa solução, para que tudo não se desmoronasse, sendo que, o que foi dito, foi que seria feita uma avaliação e que iriam passar por um processo de redução, para se devolver o equilíbrio a este Grupo Municipal, assumindo que é importante a reestruturação dos recursos humanos, libertando despesa e dar continuidade ao processo de internalização, sendo nisto que estão a trabalhar neste momento.----------Sobre o processo de internalização, disse que, o mesmo não tem que ver com aquilo que foi "vendido" até agora, porque um processo de internalização, para todos os funcionários, seria, unicamente, uma transição de contrato e eles passavam a assinar numa folha que deixava de ter o timbre de uma entidade, para passar a ter o timbre de outra entidade. ----------- Referiu ainda que, ao longo destes anos, há funcionários que continuam sem saber que seriam propostos a critérios que são obrigatórios para a entrada na função pública e, nesse sentido, estão a diligenciar tudo para que nenhum deles fique prejudicado, e portanto, ao longo destes anos, questiona o que é que foi explicado às pessoas relativamente ao processo de internalização, porque, quando cá chegaram, o que se vê é que nada foi feito, que deixaram chegar ao limite e, por isso, tomou a dimensão que tomou. -----

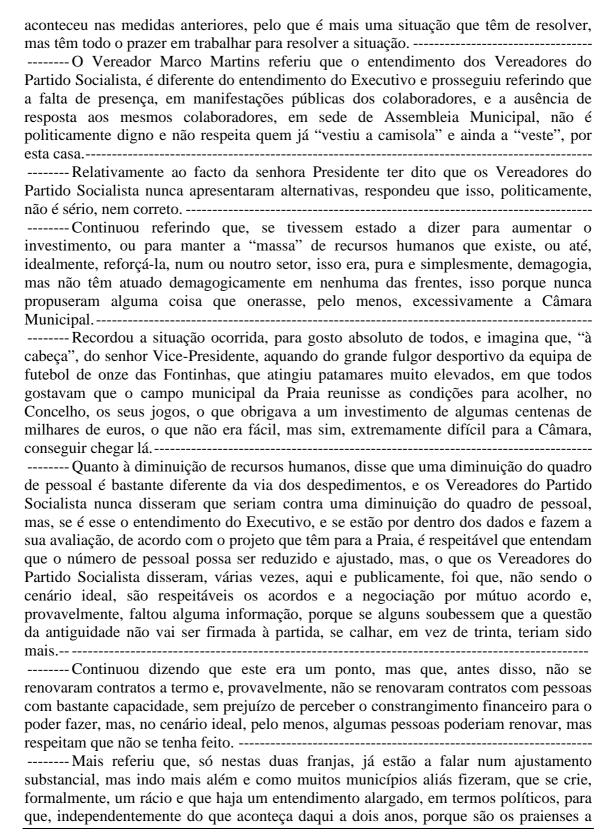
Ata nº 22/2023 **Página** 14 **de** 26



------ Reforçou que, no último mandato, foram contratadas noventa e seis pessoas, mas se tivesse havido discernimento na avaliação e na sustentação dessas contratações, se calhar não estavam agora a passar por estes constrangimentos.---------- Continuou dizendo que, relativamente ao que compete à Câmara, dentro daquilo que já assumiram, com o processo de redução que já foi feito, através dos mútuos acordos e com o despedimento coletivo, a Câmara não tem como reverter esta matéria. ------- Mais disse ter conhecimento de que esta matéria será discutida na Assembleia Legislativa Regional, com toda a legitimidade e obviamente que o Governo se pronunciará, sendo que, as Secretarias que estiveram com o Executivo na avaliação de toda esta situação e que tiveram a capacidade de dar respostas favoráveis, foi a Vice-Presidência do Governo e, nesse sentido, foi possível resolver algumas situações e, portanto, também não podem dizer que, da parte do Governo Regional, não tiveram respostas favoráveis, porque não é verdade, e muito trabalho e muito esforço, foi feito nesse sentido, mas, no entanto e como é sabido, esta não era uma transição de fácil trato, porque a Cooperativa não é uma empresa municipal, e não estão a falar de mobilidades dentro da função pública, mas sim de uma Cooperativa de interesse público, que tinha este volume de funcionários, pelo que é uma situação que já era, por si só, difícil de desbloquear juridicamente e, mediante o volume de pessoas e de compromisso financeiro que envolvia, mais difícil foi. ----------- Terminou reiterando que, mesmo sendo muito difícil encarar um processo destes, o Executivo fê-lo com total transparência e respeito pelos funcionários, cumprindo o que está legalmente previsto, porque isso seria o principal princípio do Executivo, que foi devidamente cumprido e, portanto, têm de continuar todo este processo para que possam acautelar a entrada destes noventa e dois funcionários na função pública, sendo isto que estão a diligenciar.---------- De seguida, passou a palavra à Vereadora Paula Sousa para complementar todos os contactos que têm sido feitos, a qual acrescentou que, o processo de internalização é um processo faseado por etapas, e que, agora, estão a reunir toda a documentação existente nos processos individuais de cada funcionário, bem como a fazer o levantamento de todas as habilitações literárias para as categorias que ocupam.---------- A Vereadora Paula Sousa continuou dizendo que estão a verificar, processo a processo, e a constatar que, alguns funcionários, não têm os certificados de habilitações exigidos para a categoria que ocupam e, nesse sentido, estão em meticulosa articulação com a Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego, no sentido de garantirem respostas, para estes funcionários poderem tirar as suas habilitações e poderem ingressar na função pública e, portanto, referiu que os processos têm os seus passos, as suas exigências e que o Executivo, para além de estarem a resolver a situação em si, ainda estão a resolver a situação individual e particular de cada um, porque estão, de facto, a aferir que haviam operários que não tinham a qualificação. ------------- Referiu ainda que, quando questionou a razão desta situação, porque lhe fazia confusão como é que tinham sido contratados, mas, realmente, haviam programas que permitiam essa contratação e, apesar de não ser contra essa situação, no seu entender, também devia ter havido, no mínimo, a exigência para que regularizassem as suas situações académicas para os cargos que, efetivamente, estavam a cumprir, o que não

Ata nº 22/2023 **Página** 15 **de** 26





Ata nº 22/2023 **Página** 16 **de** 26



decidir, se criar um rácio em que, cada entrada só será possível, por exemplo, após duas saídas e, assim, consegue-se perceber, perfeitamente, daqui a cinco ou dez anos, qual será esta redução.---------- Prosseguiu dizendo que se devia diligenciar no sentido de conseguir antecipar algumas reformas, ou seja, as chamadas reformas antecipadas, porque há muitos colaboradores, de vários organismos, que não sabem, nem têm acesso a simulações, por exemplo, sobre quanto perderiam se fossem para a reforma aos sessenta e um, sessenta e dois ou sessenta e três anos de idade, e devidamente elucidados e com algumas contrapartidas, muitos deles, até fora do grupo municipal e não apenas da Cooperativa, até porque, no seu entender, o cenário deveria ser por rever o grupo municipal.---------- Disse, também, que se deveriam reorganizar serviços e criar sinergias, ter no Governo Regional dos Açores um efetivo parceiro e, quando diz um efetivo parceiro, o que estava "em cima da mesa" é uma hipótese, porque obviamente que, uma internalização completa e absoluta, de todos os trabalhadores, que até há pouco tempo tinham vínculo, era uma pressão financeira que admite ser insustentável para a Câmara, mas se, previamente, houvesse um entendimento com a tutela, com o Governo Regional, em situações de mobilidade, por exemplo, onde algumas dezenas pudessem, através de regime de mobilidade, conseguir até colmatar algumas lacunas que a administração pública regional tem, seja nos hospitais, seja sobretudo no parque escolar, o que poderia ser uma solução. ----- Em suma, referiu que, conforme já disseram anteriormente, não se esgotaram todas as oportunidades.---------- Continuou dizendo que, com as falhas que, certamente, houve de anteriores executivos, na gestão de recursos humanos, e com falhas que apontaram, neste processo, ao Executivo, os trabalhadores não tiveram culpa, nem na gestão "rosa", nem na gestão "larania". ---------- Disse, ainda, que olha para os trabalhadores como uma solução para o problema, e não o contrário, e que deram algumas medidas concretas, sendo que, independentemente do rácio de recursos humanos para a "massa" populacional, e para o tamanho, até geográfico, deste concelho, ser elevado, em contraponto com outros concelhos que também recorreram ao FAM – Fundo de Apoio Municipal - e que foram alvo de ajustamentos, a verdade é que ninguém recorreu aos despedimentos.----------- Voltou a dizer que, uma diminuição do quadro de pessoal por estas vias, seria diferente de despedimentos e que, além disso, existem mais situações, como, por exemplo, os contactos que tiveram com várias entidades que queriam ir mais além com a Câmara, como, por exemplo, a URIPSSA - União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores. ----------- Mais defendeu que era possível fazer diferente e melhor, e que a salvaguarda destes postos de trabalho não era só para trinta e seis pessoas, mas para trinta e seis famílias e, portanto, outras possibilidades de consumo, outras garantias de fixação no nosso conselho, era força laboral devidamente motivada e que conseguiam executar os projetos do Executivo e os projetos que apresentaram aos praienses, mas, em contraponto, já ouviram que falta pessoal nas creches e atl's, como também nas "Freguesias ativas".-----

Ata nº 22/2023 **Página** 17 **de** 26



----- Prosseguiu referindo que, se a senhora Presidente disser que, no âmbito do que disseram, que é curto e que não responde a tudo o que era necessário, respeita politicamente, mas dizer que os Vereadores do Partido Socialista não apresentaram soluções, para um processo em que, basicamente, não têm tido dados, tendo a senhora Presidente respondido que os dados são os que constam no orçamento municipal ----------O Vereador Marco Martins prosseguiu referindo que, obviamente, quando se passa de uma transferência de quatro ponto cinco milhões de euros, para dois milhões de euros, em sede de orçamento, de facto não vai haver verba para pagar os vencimentos até ao fim, mas pergunta quem é que reduz de quatro ponto cinco milhões de euros para dois milhões de euros. ---------- Ainda sobre esta questão perguntou se não podia ter uma redução gradual no tempo, com um ajustamento. ----- Continuou dizendo que, quando se fala na internalização, não se podem esquecer que a redução de recursos humanos é uma redução do passivo. ---------- Disse, ainda, que nada diz que essa redução tem de ser até ao final deste ano e que era importante maturar mais as ideias, valorizar os recursos humanos, ir por estas vias, motivar os trabalhadores, sendo que, mesmo para quem está a salvo destes despedimentos, a motivação não pode ser a maior. ---------- Prosseguiu salientando que havia outros caminhos e que nunca esconderam que a situação financeira da Câmara obrigava a uma gestão criteriosa, aliás, até já disse que algumas decisões deveriam ter sido tomadas mais cedo e, quando diz mais cedo, está a reportar-se a mandatos anteriores, mas, no entanto, se a ação política vai ser no sentido de estarem sempre a refugiar-se no passado, isso não vai resolver nada. ----------- Seguidamente, convidou o Executivo a ler a ata da primeira reunião de maio, onde os Vereadores do Partido Socialista elencaram onze, ou treze, propostas diretas para redução, tendo a ideia de que, nalgumas delas, a senhora Presidente disse que já estavam a ser efetivadas e, passados cinco meses, outras já poderão ter sido efetivadas e cruzando esses pontos e olhando para a dívida num hiato temporal mais alargado, seria, do ponto de vista dos Vereadores do Partido Socialista, possível e premente e, do ponto de vista do desenvolvimento da nossa cidade, seria muito mais positivo a manutenção dos trabalhadores. ---------- Quanto à questão da internalização, destacou um ponto que a Vereadora Paula Sousa falou e que é muito importante, do ponto de vista dos Vereadores do Partido Socialista, e aí é um aspeto especifico, ou seja, a questão da ausência das habilitações literárias exigíveis para o cargo que ocupam, e, assim sendo, perguntou se há garantias nessas situações, se os cursos de valorização, apesar de não ser muito tempo, mas num processo desses acaba por ser alguma coisa e também era importante perceber se, em situações com o sexto ano, têm que, obviamente, ser valorizadas e o currículo tem de transitar para uma equivalência académica do nono ano, apesar de desconhecer sobre quantos casos estão a falar, talvez dois casos, e obviamente que não estão, minimamente, contra essa exigência que tem de ser feita, mas, no entanto, que houvesse a garantia prévia desses trabalhadores que será salvaguardada sem penalização os seus direitos, obviamente tendo eles de assumir a responsabilidade de tirarem esta equivalência académica. ------

Ata n° 22/2023 **Página** 18 **de** 26



------ Continuou, perguntando, se, no âmbito da internalização, a questão da antiguidade está mesmo assente e se não será possível efetivá-la, até porque, do ponto de vista legal, tem dúvidas sobre esta situação, pelo menos nalgumas situações com contratos e não programas de trabalho, que já vinham de trás.---------- Acrescentou que tem ideia de que, na última reunião da Assembleia Municipal, a senhora Presidente disse que não será possível assegurar a antiguidade nos processos dos trabalhadores que serão internalizados, na passagem para a função pública e, apesar de serem processos distintos, isto contraria o que foi feito, por exemplo, na SPRHI – Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, na Saudaçor, entre outros organismos, que foram inseridos na administração pública regional e, assim sendo, solicitou que, em termos de enquadramento legal, tivessem o máximo cuidado, porque parece-lhe que a lei não é omissa na situação de trabalhadores e aqui, infelizmente, não estarão protegidos da mesma maneira os contratos de trabalho através dos programas de emprego, mas poderá estar lá plasmado, de forma direta, esta ----- Conclui dizendo que lhe parece que era bastante importante que a leitura fosse esta e mesmo que formalmente, e juridicamente, não se tivesse essa leitura tão linear, obviamente que seria de todo justo que houvesse a manutenção desse direito.---------- A senhora Presidente esclareceu que tudo isto foi avaliado, e isto também se prende com a contratação ser feita com uma cooperativa de interesse público e não uma empresa municipal. ---------- Continuou referindo que existem aqui trâmites que alteram as regras que estão devidamente legisladas e, portanto, não foi o Executivo que as fez, quando têm uma avaliação para receber, através deste procedimento da internalização, todos estes funcionários e isto foi avaliado para o cumprimento da lei e, assim sendo, o que está previsto é a perda da antiguidade, mediante uma justificação que existe, pelo que não foi o Executivo que quis, de alguma forma, fazê-lo, ou seja, isso está juridicamente acautelado e é algo que não podem, de maneira nenhuma, contornar. ------------ Relativamente à situação das categorias e os próprios comprovativos destas mesmas habilitações, disse que tudo isto está a ser tratado de forma individual para se poder acautelar que ninguém fique descoberto, sendo que o processo de internalização até poderá acontecer mais tardiamente, face a todas estas situações e, portanto, estão, em conjunto, a avaliar e a perceber, para poderem garantir, ao máximo, a situação destas pessoas que estão numa situação mais delicada, mas não há, de todo, a intenção do Executivo prejudicar quem quer que seja, até porque estas situações podiam ser tratadas de forma individual e não através da própria Cooperativa, mas entenderam ser ao máximo colaborantes e a Cooperativa, neste caso a Vereadora Paula Sousa, Presidente da Direção, está a fazer estes contactos para garantir que esta situação não falhe.----------Relativamente ao número de funcionários, referiu que o Vereador Marco Martins já disse, por duas vezes, que houve falta de reconhecimento da parte do Executivo, em relação a estes funcionários, por não darem "a cara" em momentos públicos, mas, em todos os momentos que foram gerados e que lhes foram comunicados, em nenhum desses momentos, foram interpelados para prestarem qualquer tipo de declarações e, portanto, se o tivessem feito, também o teria feito. ------

Ata nº 22/2023 **Página** 19 **de** 26

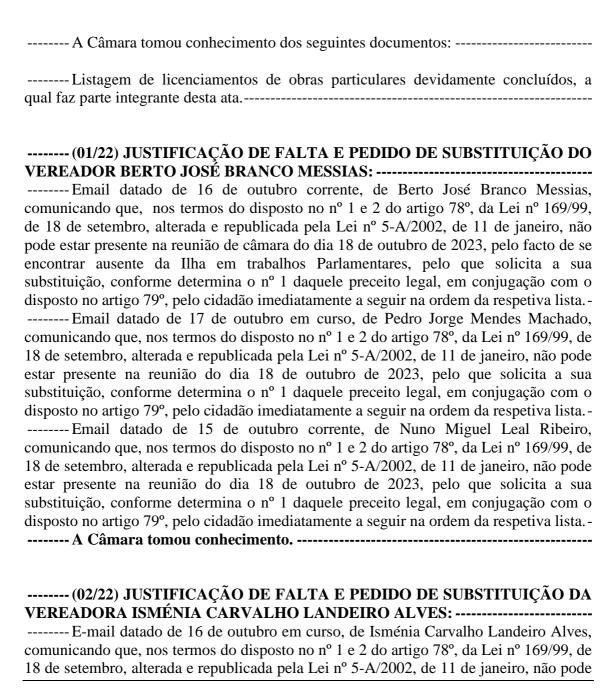


----- Referiu, ainda, que tudo foi direcionado à Presidente da Câmara Municipal, mas a Presidente da Câmara Municipal é a Presidente da Assembleia da Cooperativa Praia Cultural, e existe uma direção que também tomou decisões e, portanto, este é um problema que se inicia na Cooperativa Praia Cultural e que se estende à Câmara Municipal, com a devida responsabilidade mediante o órgão que é e, assim sendo, disse que não se sente, de todo, atingida pelo que o Vereador Marco Martins lhe diz, pois não virou "a cara" a ninguém e, dentro do momento em que teve a oportunidade para o justificar, justificou-o na globalidade, porque tudo o que foi gerado para a posição que cada um teve de tomar naquele momento, individualmente, a resposta é igual para todos eles e que, o que acontece aqui, é um problema estrutural, de falta de sustentabilidade para poder transitar todas estas pessoas, como já disse muitas vezes, e vai continuar a dizer todas as vezes que for necessário, e que, após este processo de internalização, o grupo municipal passa a ter trezentos e sessenta e quatro funcionários, pedindo ao senhor Vereador que faça uma avaliação de outros municípios, que tenham exatamente o mesmo número de habitantes e que faça o cálculo do rácio de que já falou várias vezes, e veja se têm trezentos e sessenta e quatro funcionários, nem tão pouco, o concelho vizinho e, portanto, isto é uma questão de sustentabilidade, e que não têm feito outra coisa senão controlar e diminuir despesa, bem como fizeram uma tentativa para aumentar a receita, a qual não foi favorável à vossa avaliação, e portanto, ou se aumenta a receita para se ganhar estabilidade e forma de se sustentar, ou, obviamente, tem de se ter orçamentos equilibrados para se poder prosseguir a trabalhar e continuar a dar a resposta aos munícipes, porque estão a falar de um universo de pessoas que ficou contemplada e que transitará, tem alguns que, infelizmente, não vão poder ficar, mas termina dizendo que têm de dar resposta aos dezanove mil e setecentos habitantes que têm e, portanto, é este o desígnio do Executivo e vão continuar a trabalhar para essa estabilidade. -----

Ata nº 22/2023 Página 20 de 26



PERÍODO DA ORDEM DO DIA



Ata nº 22/2023 **Página** 21 **de** 26



estar presente na reunião do dia 18 de outubro de 2023, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79°, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.------- A Câmara tomou conhecimento. ------

----- (03/22) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA OTÍLIA MARIA DE SOUSA MARTINS: -----

------ Requerimento datado de 25 de setembro findo, de Otília Maria de Sousa Martins, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 18 de outubro de 2023, pelo que será substituída, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79°, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -

------ A Câmara tomou conhecimento. ------

INÍCIO ---- (04/22) **PROPOSTA** DO **PROCEDIMENTO** ADMINISTRATIVO E DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL DESTINADO À ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS FESTAS NAS FREGUESIAS E VILA DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA: -----

----- Proposta n.º 5518/2023, datada de 2 de outubro em curso, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

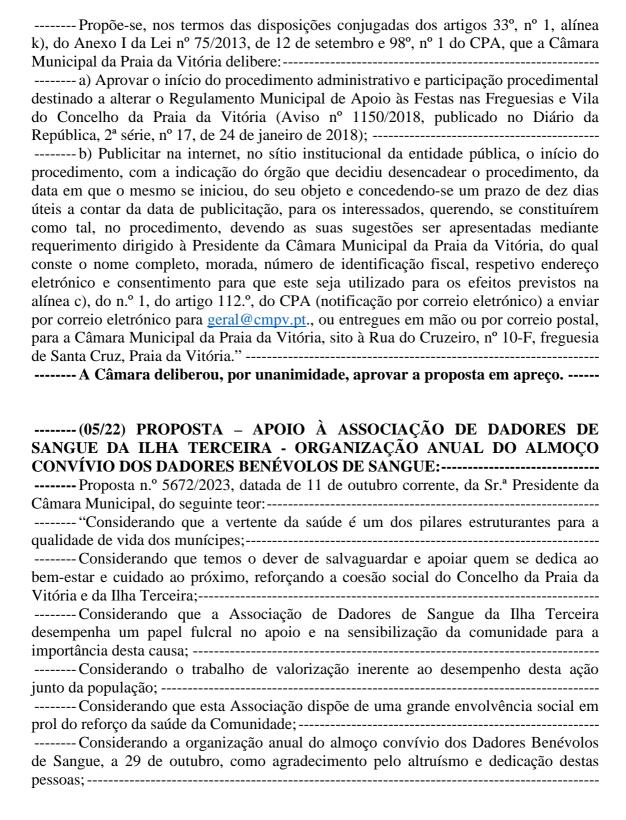
-----"Decorridos mais de cinco anos desde a entrada em vigor do Regulamento Municipal de Apoio às Festas nas Freguesias e Vila do Concelho da Praia da Vitória (Aviso nº 1150/2018, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 17, de 24 de janeiro de 2018), verifica-se a necessidade de efetuar algumas alterações pontuais ao mesmo, nomeadamente, quanto à natureza dos apoios a atribuir, tipo de festa e processo de análise das candidaturas, ------

----- Assim e considerando que a competência para a aprovar os regulamentos municipais com eficácia externa e as respetivas alterações, é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 25°, nº 1, alínea g), e 33° nº 1, alínea k), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----E considerando que, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (doravante referido apenas por CPA) o procedimento administrativo para alteração do regulamento administrativo deve começar pela publicitação, no sítio institucional da entidade pública, na internet, do início do procedimento e participação procedimental, com vista a possibilitar a constituição de interessados e a apresentação de contributos pelos cidadãos nesse âmbito, devendo indicar-se o órgão que decidiu desencadear o procedimento, a data de início, o seu objeto e a forma de constituição de interessados e de apresentação de contributos. -----

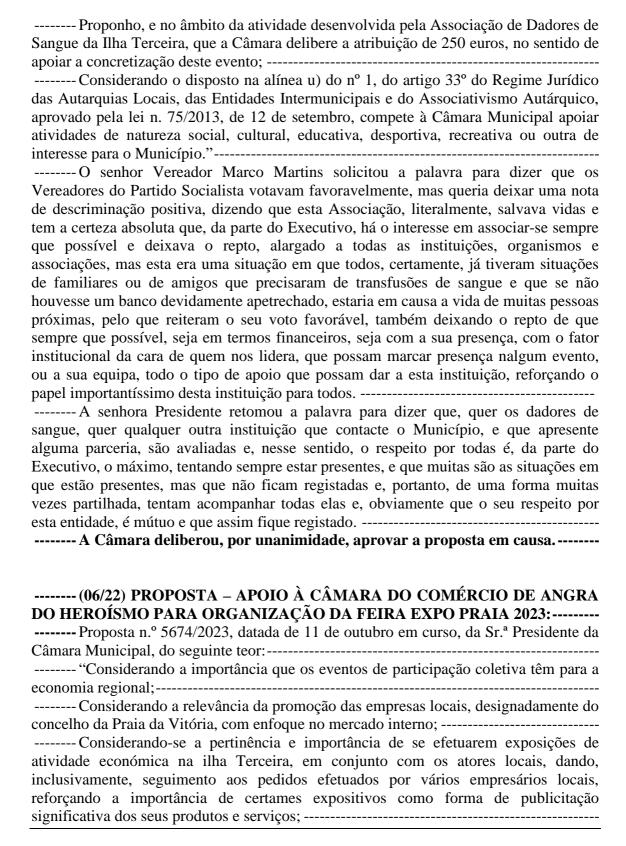
Ata nº 22/2023 Página 22 de 26





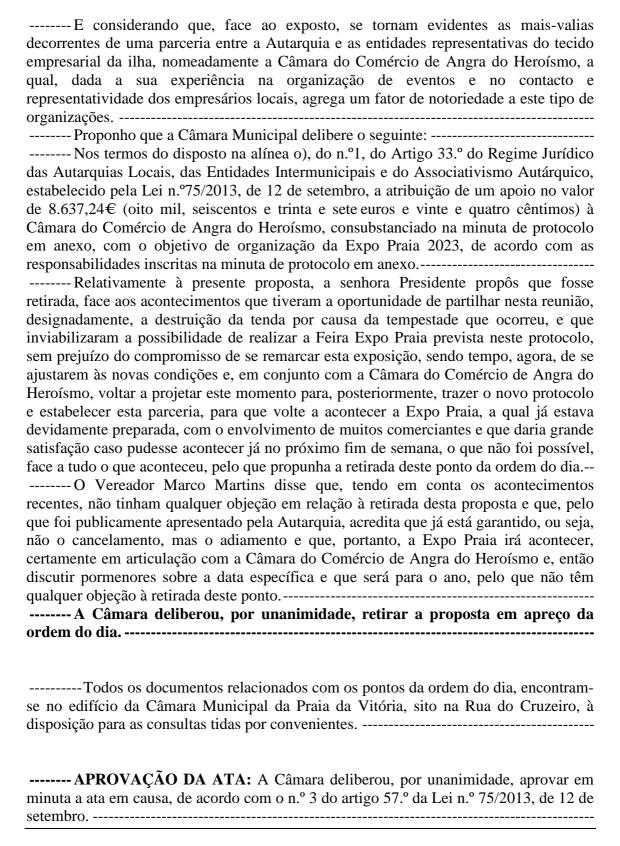
Ata nº 22/2023 Página 23 de 26





Ata nº 22/2023 **Página** 24 **de** 26





Ata nº 22/2023 **Página** 25 **de** 26



ENCERRAM	IENTO: Não hav	endo outros	assuntos a 1	ratar, nesta	a reunião, a
Exma. Presidente de cinquenta minutos, p	eclarou encerrada	a ordem de	e trabalhos	eram quin	ize horas e
assinada pela Exm.ª	Senhora Presider	nte e pela C	hefe da Div	risão Admi	inistrativa e
Jurídica					
Ass:					
Ass:					

Ata nº 22/2023 Página 26 **de** 26